



VALORIZAR E AFIRMAR O DESPORTO

NOVEMBRO DE 2021



COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	3
2	SITUAÇÃO DESPORTIVA NACIONAL.....	4
3	DESPORTO NO MUNDO ATUAL	6
4	UMA POLÍTICA DESPORTIVA PARA PORTUGAL.....	8
5	A EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESPORTO NA ESCOLA.....	10
6	AFIRMAÇÃO SOCIAL DO DESPORTO.....	11
7	SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA	12
8	POLÍTICA DESPORTIVA E GOVERNAÇÃO PÚBLICA.....	14
9	CONCLUSÃO	15

1 INTRODUÇÃO

Em 2015, o Comité Olímpico de Portugal (COP) apresentou aos partidos políticos candidatos às eleições para a Assembleia da República o seu contributo para uma melhor governação do desporto em Portugal.

Seis anos depois a situação desportiva nacional não sofreu alterações significativas no plano da sua governação e as políticas públicas são no essencial as mesmas.

Durante este período o sistema desportivo nacional teve de enfrentar a crise pandémica que colocou novos desafios à data ignorados. Atualmente importa não apenas responder às debilidades sistémicas como reverter um contexto de agravamento da situação.

O COP atualiza assim o seu documento disponibilizando-o a todos os que se candidatam à governação do País.

Este é o nosso contributo. Com ele cumprimos umas das nossas obrigações estatutárias: a de manter uma relação de cooperação com os órgãos governamentais e demais agentes que dirigem o desporto em Portugal.

Caberá aos partidos políticos, de acordo com as suas orientações programáticas sobre o papel do desporto enquanto instrumento de política pública e desenvolvimento do país, escolher o que entendem ser, para Portugal, as melhores propostas de governação do Desporto.

2 SITUAÇÃO DESPORTIVA NACIONAL

Em Portugal, o acesso dos diversos segmentos da população às práticas desportivas informais e de lazer ativo teve, na última década, um crescimento progressivo na oferta disponível, embora mantendo índices de participação ainda longe dos desejáveis.

O número de atletas filiados nas federações desportivas nacionais não apresenta crescimentos significativos quando comparado com as médias europeias, num cenário que veio a ser profundamente agravado pela suspensão das atividades desportivas durante a pandemia, conforme revelam os indicadores disponíveis de acentuada quebra nas filiações

Portugal teve também, nos últimos anos, um número de modalidades na primeira linha da alta competição mundial. Mas os êxitos individuais correm o risco de resultarem de contextos particulares e irrepetíveis, que não refletem nem podem assegurar ao país um nível representativo sustentado e estabilizado.

Ainda que a atividade física desportiva informal ou de lazer ativo ilustre uma maior participação quantitativa no espectro desportivo nacional, o desporto de competição/excelência/alto rendimento tem vindo a tornar-se de difícil sustentabilidade pontuado, aqui e ali, por alguns êxitos significativos como ocorreu recentemente nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020.

A situação desportiva nacional interpretada à luz de fatores de suporte (económicos, financeiros, fiscais, políticos e organizacionais) tem sofrido iniludíveis degradações, quer pela falta de investimento público, mas também por entropias endógenas que comprometem a modernização e o desenvolvimento das organizações desportivas.

A dimensão cultural, de que o desporto é tributário, deve também ser equacionada neste contexto, mas novamente aqui, o papel das políticas desportivas nacionais é nuclear, em especial no que releva a importância de uma educação física e desportiva nas escolas e a sua interdependência com os níveis elementares do sistema desportivo.

E neste contexto é chocante a desvalorização da dimensão cultural do desporto que é evidenciado no espaço público quer pela sua menorização em matéria de agenda política que pelo comportamento dos diferentes atores sociais e políticos.

As políticas públicas estão longe de reforçar os clubes de base local e regional - outrora estruturas essenciais para alimentar o sistema desportivo - que vão perdendo a sua vitalidade gravitando nos interstícios do associativismo, subsistindo não raras vezes devido ao relevante esforço das autarquias locais para evitar uma morte anunciada.

A estes sinais portadores de um futuro preocupante, que traduzem os nossos indicadores de desenvolvimento desportivo no espaço europeu, acrescentam-se as dificuldades em encontrar dirigentes disponíveis a assumir (com gosto e proficiência) a função de gestão e liderança de organizações desportivas e a injetar novas competências na governação destas entidades.

Por outro lado, o quadro de carência generalizada ao nível das infraestruturas de qualidade que “explicava” a modesta expressão do país no concerto desportivo das nações foi razoavelmente alterado, sem que os ganhos qualitativos tenham acompanhado esse enorme investimento, muito dele aproveitado por atletas e equipas de elite de outros países que privilegiam o parque desportivo nacional para a sua preparação para competições internacionais.

No entanto, para além da qualidade, uma vez observado o rácio de instalações desportivas, de pequena e média dimensão por tipologia e *per capita* introduzidos por outros países da UE, estamos longe de ter uma oferta quantitativa adequada às efetivas necessidades e que sejam potenciadora do aumento do número de praticantes.

Complementarmente, a convergência de competências, nomeadamente com o sistema científico nacional, tem sido deixada ao sabor de iniciativas pessoais ou de reduzida repercussão global à escala nacional; ao livre arbítrio de um praticante, de um treinador, de um clube ou de uma federação; à iniciativa de um investigador, de um centro de investigação, ou de uma universidade.

Continua por criar um repositório atualizado de dados primários sobre o desporto em Portugal, que fomente a produção de conhecimento científico e a transferência de competências para os intervenientes no terreno ou para entidades com responsabilidades em processos de tomada de decisão, alimentando com evidências tangíveis a construção de políticas públicas ou o desenho de opções estratégicas. Nesta medida, o desporto, enquanto objeto de estudo e investigação científica, está longe dos horizontes imediatos das políticas de Investigação e Desenvolvimento continuando a ser um corpo estranho no sistema científico nacional.

Continua por criar uma Carta Desportiva Nacional ou um Observatório do Desporto, que, conforme existe noutros domínios de política pública, recolha e harmonize dados primários sobre a participação desportiva, georreferenciação do parque desportivo, do tecido associativo e da oferta disponível no território nacional, como instrumento elementar para tomada de decisões informadas em matéria de acesso a fundos estruturais, investimentos e políticas de desenvolvimento. O país, e quem o governa, permanece desconhecedor sobre quem pratica desporto, como e onde o pratica, em que condições e a que custos.

No desporto de alto rendimento de hoje, muito em especial no seio das grandes potências desportivas, esta ligação é promovida, nutrida e supervisionada por estruturas centrais que cuidam da efetiva transferência do conhecimento e da respetiva valorização prática, através de um profundo investimento no desenvolvimento de redes de inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico que os posicionam na vanguarda da transição digital.

Também no que respeita aos recursos humanos a situação contém algo de paradoxal. Assistimos a uma elevação considerável, qualitativa e quantitativa, da formação de diversos quadros que intervêm no apoio à preparação dos atletas, bem como do suporte tecnológico que melhor permite identificar as necessidades específicas de preparação e os respetivos vetores prioritários de intervenção. O número de especialistas em diversas áreas da preparação desportiva (medicina, fisiologia, nutrição, psicologia ou biomecânica) não tem comparação com a diminuta presença que se registava anteriormente.

Contudo, esta evolução, não tem acompanhado as crescentes exigências da generalidade das federações nas mais diferentes áreas que, conjugada com as contingências de carácter financeiro verificadas nos últimos anos, tem, em muitos casos, evidenciado a dificuldade na contratação de treinadores e outros técnicos em número suficiente para garantir a qualidade dos processos de preparação desportiva, com especial enfoque nos ditos escalões de formação.

Com efeito, as universidades assumiram a formação superior em Desporto e potenciaram a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico que a sustenta, rompendo com reservas que perduraram ao longo de gerações; no âmbito do desporto federado, a formação de treinadores impôs novos graus de exigência, beneficiando ao mesmo tempo de formadores mais atualizados e de formandos com níveis de instrução superiores. E, apesar de tudo isso, os resultados não confirmam, ainda, as expectativas que seria lícito acalentar.

Trata-se manifestamente de um déficit de sistema, devido a lacunas na articulação entre os diversos agentes que não têm oportunidade de introduzir e disseminar nos diferentes vetores do processo de preparação desportiva as competências que lhes são reconhecidas. Superá-lo implicará necessariamente um compromisso do Estado que viabilize a ação concertada da tutela e das instituições do sistema desportivo.

Referência especial é a devida à falta de convergência sistémica entre o sistema desportivo e o sistema escolar, quer nas condições de acesso à prática do desporto, quer, ainda, nas de complementaridade das exigências de preparação desportiva e escolar, numa deriva cujas opções estratégicas para o desporto escolar centradas no exercício físico, não só desvirtuam a sua missão como antecâmara do processo desportivo, como acentuam a clivagem entre estes dois sistemas.

Num país com os mais baixos indicadores de participação desportiva da União Europeia, quer no que respeita à prática regular em atividades físicas e desportivas, quer na mobilização para o associativismo desportivo, colocar o desporto na agenda política ou conferir-lhe a reclamada relevância num quadro programático para o desenvolvimento do país, à altura do seu contributo para o crescimento económico e impacto social, encontrará inevitavelmente inúmeros condicionalismos enquanto a formação das lideranças políticas, empresarias e associativas se encontrar marcada por uma menorização e desvalorização das atividades físicas e desportivas, desde as etapas iniciais do seu processo educativo.

O financiamento público ao desporto no âmbito das políticas públicas desportivas de génese governamental é risível. Qualquer estudo comparado com o que se passa na generalidade dos países da União Europeia (UE) coloca-nos em situação profundamente desfavorável. Não é possível com níveis de financiamento público tão exíguos obter ganhos de competitividade externa.

O centro da gravidade do sistema desportivo nos termos da transferência de verbas provenientes do Orçamento de Estado está, em bom rigor, cada vez mais dependente das receitas dos Jogos Sociais, parte da qual é utilizada para suportar custos de estrutura da administração central, sem o devido retorno para as organizações desportivas que organizam as competições sobre as quais o mercado de jogos e apostas, mas também o Estado, recolhem os seus dividendos.

Existe ainda por realizar uma renovação organizacional que, cabendo decerto ao sistema desportivo desenhar e implantar, exige dos órgãos de Governo central e local a disponibilidade para assumir outras perspetivas não triviais sobre o desporto, superando inércias burocráticas e intervenções avulsas e distanciadas, a favor de estratégias devidamente articuladas, integradoras de esforços realmente concatenados para a concretização de objetivos precisos, transformando palavras em ações e ações em ambição indutora de mudança.

3 DESPORTO NO MUNDO ATUAL

A situação não é hoje diferente da que assinalámos em 2015.

Com a fragmentação dos regimes socialistas no leste europeu, registaram-se algumas mudanças conceptuais, tendo as potências desportivas ocidentais, num certo momento, cativadas pelo modelo de elitização fundado

numa base alargada de praticantes, adotado outras estratégias de identificação, seleção e promoção dos talentos desportivos.

O conhecimento científico baseado na evidência e os novos recursos tecnológicos permitiram desenvolver procedimentos “cirúrgicos” que vão ao encontro do “sobredotado,” do “talento desportivo” atual ou em perspectiva, com um ganho significativo de eficiência e economia.

Assim se compreende que países organizadores dos Jogos Olímpicos consigam, em poucos anos, apresentar com dignidade competitiva atletas e equipas em modalidades estranhas à sua cultura desportiva, e que assim continuam sendo quando ultrapassado o exame olímpico.

O desporto no mundo globalizado afirma-se como uma componente essencial das sociedades modernas e é, ele próprio, um fator de modernização que se reflete na vida dos indivíduos e das comunidades. É também um fator reconhecido de capital social enquanto promotor de redes, normas e relações de confiança e responsabilidade que mobilizam os indivíduos na prossecução de objetivos partilhados, apurando um sentido de comunidade que prevalece sobre diferenças culturais, religiosas, étnicas ou políticas.

A prática desportiva tornou-se assim, num contexto de acelerada globalização, um veículo de integração e mobilidade social, como tem sido comprovado em sociedades com acentuadas assimetrias socioeconómicas e diversidade cultural, ou que, por diversas causas, atravessam períodos subsequentes a uma degradação significativa das suas condições de vida.

A inclusão tem procurado no desporto espaços de integração aberto a todos os que queiram e possam participar sem discriminação de idade, género, capacidades ou limitações de ordem física ou psíquica, reconhecendo a cada um o direito de exprimir o seu potencial de performance.

Estes dados baseados na evidência do estudo científico conduzido a partir de diversas óticas disciplinares, confirmam o impacto do desporto tanto na economia como no plano dos valores, da promoção de condições de vida mais ativa e saudável, e da identidade nacional, da promoção da paz, cooperação e resolução de conflitos étnicos em países em desenvolvimento.

Numa economia globalizada afigura-se cada vez mais prudente refutar uma visão neutral ou apolítica do desporto. Este é um bem cultural com enorme potencial indutor de mudança social que importa salvaguardar, mas também, e cada vez mais, uma atividade com assinalável contributo para o crescimento económico e o emprego – superior ao conjunto do sector da agricultura, pesca e florestas, segundo estudos recentes da Comissão Europeia – que importa regular de forma eficiente.

A história demonstra que ao desporto são hoje requeridas novas responsabilidades no plano social que estão muito para além da sua expressão enquanto desempenho ou performance desportiva. O que cria novas exigências, quer aos agentes e organizações desportivas, quer às políticas públicas.

Neste contexto a ausência, ou enfraquecimento das políticas públicas do desporto só fragilizarão o combate às inúmeras as ameaças, também elas globais, à sustentabilidade do desporto. Dopagem, corrupção, manipulação de resultados, apostas desportivas ilegais, tráfico de menores, fraude, lavagem de dinheiro, assédio, violência física e moral e má governação, são buracos negros que o mundo do desporto enfrenta, desde o nível mais elementar até à competição mais importante, associados a complexas redes globais de criminalidade organizada movimentando astronómicas somas de capitais.

Sabemos que ameaças globais exigem respostas globais. Reclamam passar dos grandes princípios, das orientações programáticas sobre a ética no desporto e das recomendações internacionais para ações concretas no terreno, particularmente junto dos agentes desportivos - as peças mais vulneráveis deste processo - operacionalizando ferramentas concretas para se prevenirem destes riscos.

Às entidades representativas do movimento desportivo cabe o direito e o dever de convocar a atenção dos poderes públicos e dos cidadãos para estes problemas e a importância das medidas políticas que concorram para o desenvolvimento consistente de um modelo de desporto, capaz de, a médio prazo, colocar Portugal em linha com os seus parceiros europeus. Cabe-lhes também a capacidade de ajustarem o seu modelo organizacional às profundas mudanças que o desporto sofreu nas últimas décadas, sem esperar que outros o façam por si.

Se não existir uma cultura desportiva consolidada na sociedade, a cooperação entre os vários intervenientes, dentro e fora do sistema desportivo, avolumam-se as entropias que obstaculizam a autorregulação associativa e abrem campo à profusão de medidas legislativas e de regulação pública que agudizam a disfuncionalidade do sistema, comprometendo a modernização da sua gestão e a criação de valor aportado à sociedade através do seu relevante objeto social.

Se a cultura que se cria no seio do desporto afeta as suas lideranças - e no desporto esta é vista como uma cultura de permanente confronto e reclamação - a proliferação de medidas reguladoras sobre o mais ínfimo pormenor do seu funcionamento não tem sido um fator indutor de mudança. Bem pelo contrário.

A credibilidade é a legitimidade ao longo do tempo e esta não se confere por letra de lei, mas antes pela capacidade de as lideranças desportivas fundarem a sua intervenção social no respeito pelos princípios e valores fundamentais que presidiram à emergência do desporto moderno como uma atividade ao serviço do desenvolvimento humano. Valores esses cada vez mais importantes no contexto social que hoje vivemos.

4 UMA POLÍTICA DESPORTIVA PARA PORTUGAL

O desporto deve promover a literacia física da população, a qual incorpora não só a literacia motora, mas também a literacia desportiva. Trata-se de dominar não apenas as capacidades motoras elementares (correr, saltar ou lançar), mas também o repertório de gestos desportivos das diferentes modalidades desportivas o qual visa, entre outros objetivos gerais, criar hábitos de fidelização numa prática desportiva regular, possibilitar a compreensão dos fundamentos das diversas modalidades desportivas e alargar a base de praticantes com potencial para obter resultados desportivos ao mais alto nível.

Por isso, confinar este amplo património do desporto ao mero dispêndio energético e estilos de vida saudável das políticas de exercício e atividade física, configura um perigoso retrocesso civilizacional, porém cada vez mais apetecível por derivas propagandísticas e populistas.

Este entendimento do problema requer o compromisso de assegurar que as atividades desportivas possam ser realizadas, com regularidade, por pessoas de todas as idades, independentemente da sua condição económica e social.

Ora, tal só é possível se a reflexão e planificação estratégica no desporto se centrar, em primeira instância, naqueles que são os seus objetivos primordiais, e, só depois, na pluralidade de áreas onde a intervenção complementar do desporto se demonstre efetiva. Ou seja, importa intervir prioritariamente nas bases da cadeia de valor para criar sustentabilidade, robustecer e alavancar o sistema desportivo de modo a que este possa qualificar a sua ação em outros domínios, sob pena de se comprometer o futuro do desporto em Portugal e colocá-lo ao serviço de outras prioridades.

A célula base do sistema desportivo é o clube. A ele cabe formar, orientar e especializar aqueles que procuram ter uma prática desportiva devidamente sistematizada, num caminho longo e estruturado por etapas de desenvolvimento.

Para isso é necessário diagnosticar as debilidades da base do sistema desportivo nacional e o seu impacto, identificar fatores críticos, estabelecer objetivos estratégicos e criar sinergias entre as entidades públicas e privadas do setor, através de um programa de ação ajustado à realidade do país, o qual projete o desporto português para patamares mais próximos da média europeia e contribua para um maior envolvimento da sociedade com o setor.

Neste contexto, importa comunicar com clareza às entidades que compõem o sistema desportivo o que é essencial e o que é acessório para a construção de uma estratégia de desenvolvimento, em torno do reforço da capacidade de oferta da parte dos clubes desportivos com especial ênfase à população infantojuvenil.

A questão da participação das mulheres no desporto continua a ser um assunto premente. A evolução progressiva da participação feminina no desporto tem sido lenta e recheada de obstáculos e estereótipos, retratada por uma taxa da prática desportiva federada pré-pandemia a rondar os 24%, com taxas de feminização muito diferenciadas entre as federações desportivas.

É certo que o problema da menor participação feminina no desporto não é exclusivamente nacional, mas, cabenos, contudo, criar condições para que se esbatam as diferentes oportunidades entre homens e mulheres, quer no acesso, quer no desenvolvimento da atividade desportiva onde as assimetrias no País são profundamente vincadas face ao contexto europeu.

Na verdade, não podemos observar as relações de género como empreendimento neutro e distanciado, temos de o fazer com a consciência prévia do desfavorecimento que tem ocorrido no grupo das raparigas e das mulheres no fenómeno desportivo nacional. É também necessário atender a algumas especificidades e a alguns problemas que raramente são enfrentados, como sejam o abandono precoce da prática desportiva, a compatibilização da intervenção no desporto com a maternidade, ou o assédio e abuso sexual.

Tomando por referência o acima exposto e tendo em consideração o modelo de desenvolvimento desportivo português, tradicionalmente assente em dois pilares - a escola e o clube-, com um complemento cada vez mais assinalável das autarquias locais no domínio do desporto comunitário de base recreativa, só é possível instituir com sucesso uma política desportiva, que valorize, promova e induza uma inversão de ciclo em relação às debilidades e tendências assinaladas.

Importa neste propósito clarificar competências, estabelecer redes de colaboração e potenciar sinergias entre a educação física, o desporto escolar, o desporto federado, as atividades de recreio desportivo de cariz comunitário e o desporto para segmentos populacionais específicos.

Para tal, afigura-se absolutamente decisivo estabelecer uma convergência em torno de um percurso programático contínuo entre as atividades no âmbito escolar, federado e comunitário - tendo em especial consideração as etapas de formação e treino de crianças e jovens, envolvendo os encarregados de educação, - numa cadeia de valor gerada pelas interdependências entre o contexto escolar inicial, o desporto federado, o alto rendimento desportivo e a participação desportiva recreativa ao longo da vida, pautado por metas e objetivos tangíveis a alcançar ao longo deste processo.

5 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESPORTO NA ESCOLA

A evolução desportiva do país será sempre proporcional ao que for a evolução física e motora da sua população infantojuvenil. E, neste ponto, a escola é um dos espaços privilegiados para o acesso dos jovens à prática do desporto. Aí devem poder contactar com o desporto e adquirir hábitos de prática desportiva que se possam prolongar ao longo da vida. A escola não se pode substituir ao clube; e o clube tem uma vocação distinta da escola. Devem convergir na suas missões e vocações e não viver em mundos separados.

Ignorar, não apenas o que representa a escola, como escamotear o que é a responsabilidade social do clube desportivo significa desperdiçar recursos que são críticos a uma política de promoção e desenvolvimento desportivo, mas também da criação de hábitos de vida ativos e saudáveis que escola e clube devem promover.

A escola é uma instituição que opera num contexto complexo. Nela se cruzam tradições, formações, teorias, crenças, atitudes, sensibilidades e objetivos diversos e difíceis de conciliar. O mundo mudou e a escola não é mais a mesma. O entusiasmo que o desporto escolar suscitou nos anos imediatos ao seu lançamento entrou em perda no meio da crise geral que se instalou na escola e no sistema educativo do país, mas também foi contaminado pela ausência de um quadro de referência sobre o papel do desporto e o da atividade física, desvirtuando cada vez mais a missão do desporto escolar.

A escola perdeu capacidade de atração e protagonismo em relação a várias aprendizagens sociais. E no desporto também. No modo como a escola aborda a educação física e o desporto esteve muitas vezes subjacente a uma questão de natureza ideológica e doutrinária - que é permanentemente subestimada - e que se prende com a perspetiva com que os responsáveis educativos e os professores equacionam essa relação. Num número significativo de casos, constituiu um fator adicional de bloqueio à exata compreensão do problema.

Na escola, os agentes educativos, argumentaram muitas vezes que a sua função não era formar “campeões”, sequer “atletas” e manteve em relação à competição desportiva formal uma indisfarçável reserva. Permaneceu em muitos agentes educativos e em algumas escolas de formação, uma “cultura de desconfiança” em relação ao desporto formal, designadamente ao que se convencionou chamar de “desporto federado”.

Esta situação não é boa nem para escola nem para o desporto. Não haverá transformação significativa e sustentável do desporto nas escolas sem a adesão dos jovens que as frequentam, coisa que muito se esquece quando toda uma indústria poderosa, à escala global, os alicia com ofertas de um hedonismo questionável, sem uma relação articulada com o desporto associativo que se pratica fora da escola.

A superação destas barreiras só é possível verificada que seja uma premissa essencial: a de que tanto o poder político como os cidadãos que os elegem aceitam o desporto como um fator importante da expressão nacional. Sem isso - a que se chama vulgarmente cultura, vontade políticas e consenso nacional - jamais a escola fará, seja o que for, de significativo na elevação do valor desportivo do país.

6 AFIRMAÇÃO SOCIAL DO DESPORTO

Uma política desportiva determinada na assunção de uma imagem de relevo na vida do País impõe objetivos programáticos renovados e claramente definidos, entre os quais destacamos:

- Estabelecer com outros subsistemas desportivos, nomeadamente o escolar, processos de identificação, seleção, orientação e promoção de atletas especialmente dotados para integrarem programas de preparação desportiva de excelência;
- Aprofundar relações de cooperação e parcerias técnico-científicas com instituições nacionais e estrangeiras com o objetivo de assegurar que os atletas portugueses dispõem de acompanhamento adequado em todas as vertentes da sua preparação;
- Promover a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no espaço das Ciências do Desporto, bem como a articulação e transferência dos resultados para a prática quotidiana, governação e modernização das organizações desportivas;
- Empreender iniciativas junto dos escalões mais jovens de praticantes que sejam inspiradoras de uma atitude de exigência nos planos da preparação e da competição desportivas, com especial incidência sobre a representação nacional;
- Introduzir nos referenciais de formação geral do Programa Nacional de Formação de Treinadores competências práticas em matéria de prevenção da manipulação de competições, abuso, assédio, saúde mental e violência não accidental no desporto, nomeadamente junto do jovem praticante;
- Organizar o percurso escolar dos jovens atletas de modo a compatibilizar os estudos e a preparação desportiva, nos termos já adotados para outras áreas artísticas (música, dança);
- Fomentar, em conjunto com as federações e outros agentes desportivos, iniciativas que levem a um aumento significativo do número de praticantes inscritos e com participação regular e sustentável nos quadros competitivos das suas modalidades;
- Estimular a representatividade de dirigentes portugueses, e de língua portuguesa, no seio das organizações desportivas internacionais, claramente desproporcionado face a outros blocos regionais e linguísticos de menor expressão;
- Fomentar a relação do desporto com os segmentos económicos, com vantagem comparativa na afirmação do potencial externo do país e internacionalização da economia do desporto, em particular o turismo e as tecnologias associadas ao desporto;

- Concertar uma estratégia de organização de eventos desportivos internacionais em estreita articulação com as áreas do urbanismo e do turismo nacionais, integrado nas prioridades destes sectores;
- Manter e consolidar os laços com a comunidade portuguesa na diáspora e com o mundo lusófono através do potencial único do desporto na construção de uma identidade coletiva, promoção da cultura e da língua, onde a estratégia de programação do serviço público de rádio e televisão assuma um papel determinante, particularmente nos canais internacionais e novas plataformas de acesso de conteúdos.

7 SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA

A previsão de uma competência da UE para o desporto, ainda que complementar e de suporte à competência primária que nesta área reside nos Estados nacionais, tem permitido, estruturar uma política desportiva europeia fundada em factos e dados precisos e colmatar lacunas importantes sobre o conhecimento de vários indicadores do modelo de desenvolvimento desportivo do país e do seu posicionamento no quadro europeu.

Não surpreende que dois desses estudos - sobre o financiamento ao desporto de base e sobre o contributo do desporto para o crescimento económico e o emprego na UE - destaquem claras tendências de fragilidade na sustentabilidade do modelo desportivo português, agravadas pelos indicadores compilados sobre o impacto da pandemia e medidas extraordinárias de apoio no desporto europeu.

Portugal encontra-se no grupo de países em que o financiamento privado ao desporto (através do tecido empresarial e do consumo das famílias) apresenta valores *per capita* mais baixos, concentrando-se predominantemente no financiamento público proveniente das autarquias locais e do Estado (Orçamento Geral do Estado e Jogos Sociais).

Por outro lado, cuja leitura não pode ser desligada do primeiro, Portugal encontra-se claramente abaixo da média europeia no que respeita ao valor acrescentado bruto relacionado com o desporto, bem como ao emprego relacionado com o desporto. Ou seja, o país não consegue potenciar o importante contributo do desporto para a criação de rendimento, ainda que, em diversos segmentos, nomeadamente o turismo, disponha de enormes vantagens comparativas para rentabilizar esse potencial.

O País ignora a dimensão do problema, aproveitando mal os ganhos económicos e desportivos. E se existe alguma entidade que registe o movimento de entradas em Portugal por motivos desportivos e o contributo dado à nossa economia esse trabalho não é do conhecimento público.

A partir de 2016 deixaram de ser publicados dados da conta-satélite do desporto e, naquela data, o período estudado era 2010/2012. Nessa altura, o desporto já representava 1,4% da mão-de-obra nacional, o mesmo nível de postos de trabalho da "indústria da madeira, papel e cartão" (1,4%) e mais do que ramos de atividade como a "consultoria e programação informática" (0,9%), "atividades imobiliárias" e "telecomunicações" (0,3%)

Numa recolha que o COP fez junto de algumas entidades desportivas e operadores privados, e em apenas algumas modalidades, estima-se que o número de países que estagiaram em Portugal em 2019 seja superior a uma centena e meia, correspondendo a cerca de 200 mil dormidas. Muitas destas dormidas, geradas pela procura desportiva, são contabilizadas na indústria do turismo, por via do registo hoteleiro. Ignoramos o valor económico gerado em impactos diretos e indiretos. Mas sabemos que só o golfe, segundo dados de 2018 publicados no Anuário da

Federação Portuguesa de Golfe, gerou em impactos diretos e indiretos cerca 1.9 mil milhões de euros. E o surf tem certamente um impacto semelhante em termos de procura das nossas praias.

Em alguns casos, é de admitir que esta procura se deva à promoção do País no estrangeiro e aos efeitos multiplicadores que tiveram no setor do desporto. Mas tal não correu, que seja público, por impulso concertado das autoridades que deveriam liderar este processo, designadamente o Turismo de Portugal e a Fundação do Desporto, esta enquanto coordenadora da gestão dos centros de alto rendimento, que são de génese e gestão públicas.

Esta procura resulta, em grande parte, de iniciativas particulares promovidas por contactos bilaterais entre organizações desportivas congéneres ou por iniciativas de entidades privadas, sem que, porém, seja dada a devida atenção aos resultados deste fenómeno catalisador do valor desportivo nacional e incrementador de montantes avultados de consumo, que não são, nem podem ser, ignorados no plano económico

Num contexto marcado por um longo trajeto de austeridade, onde a iniciativa privada se retraiu, predominantemente em sectores onde a sua penetração não é tradicionalmente relevante, não é expectável um assinalável crescimento dos apoios públicos, urge, pois, saber explorar melhor as oportunidades e vantagens comparativas que o país propícia.

Sendo a responsabilidade social corporativa um importante elemento de vínculo com a comunidade, cada vez mais valorizado socialmente, importa criar condições para que se encontre no desporto um terreno privilegiado à concretização de projetos, particularmente em territórios com necessidades educativas e sociais específicas.

Tornar o mecenato desportivo um instrumento atrativo e de fácil utilização, com um enquadramento fiscal mobilizador da disponibilidade do tecido empresarial para investir no desporto, nomeadamente em programas desportivos levados a cabo por federações com claros objetivos sociais, podendo envolver os Municípios, através do aumento do montante de plafonamento, permitiria abrir uma janela de oportunidade, acompanhando boas práticas internacionais, e assim reforçar o compromisso de responsabilidade social das empresas com o desporto, mas também diversificar fontes de financiamento e reduzir a dependência de apoios públicos.

Adicionalmente o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo encontra no desporto um terreno privilegiado e fértil para esse desígnio, insistentemente sublinhado pela Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia, em especial no quadro do Plano de Ação da UE para o Desporto 2021-2017 (2020/C 419/01) e nas Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o desporto enquanto motor de inovação e crescimento económico (2014/C 436/02), pelo que o investimento previsto Fundo de Recuperação Europeu (Próxima Geração UE) e no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 deve acompanhar esta realidade.

Ora, quer no seio da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, no Portugal 2030 ou no Plano de Recuperação e Resiliência, o desporto, ao contrário de outros Estado-Membros, não tem consagrada qualquer linha de desenvolvimento, componente ou ação específica no âmbito destes instrumentos

de orientação estratégica sobre o futuro do país e a sua recuperação económica, conforme elucidado em parecer compilando as posições do COP neste âmbito.¹

A isto acresce o facto de o desporto em Portugal estar longe de ter o “justo retorno” proveniente dos chamados jogos sociais, cujas percentagens de distribuição da receita anualmente estabelecidas por lei são claramente inferiores a vários países europeus, em contraciclo com a tendência europeia que aqui encontra um pilar fundamental da sustentabilidade da dimensão europeia do desporto, amplamente sublinhado num documento de estudo divulgado oportunamente a esse propósito.²

Por outro lado, e no quadro atual de regulação do mercado de apostas desportivas, a solução alcançada está longe, conforme o COP tem sublinhado em diversos documentos públicos, de acautelar aspetos substanciais no que concerne à proteção da integridade das competições e devida compensação dos operadores de apostas pela utilização de direitos de propriedade intelectual dos organizadores de competições desportivas, os quais assumem integralmente os riscos e encargos pela realização de competições que permitem ao mercado de apostas florescer e ao Estado arrecadar receita fiscal.

Prolongar o atual cenário, expondo as organizações desportivas ao risco iminente que esta trajetória representa para a sua sustentabilidade, num contexto em que persistem as medidas e sinais de desvalorização do desporto na construção de políticas públicas e da sua representatividade institucional na agenda governativa, marginalizam cada vez mais uma atividade central nas dinâmicas de desenvolvimento social e amputam o processo de desenvolvimento humano de uma dimensão insubstituível, com profundas consequências económicas, sociais, educacionais e de saúde pública.

8 POLÍTICA DESPORTIVA E GOVERNAÇÃO PÚBLICA

Portugal continua, mais uma vez, expectante em relação a sinais de que algo de novo possa ocorrer nos olhares que o Governo dispensa ao Desporto e nas formas com que atua em conformidade, mas também como os partidos políticos, em particular aqueles com assento parlamentar, estão à altura de o pensarem politicamente o desporto e de o resgatar do fundo da sua agenda política.

A dimensão do desafio político neste âmbito não é compatível com uma representação reduzida na orgânica do Governo, e, com frequência, dispersando a sua intervenção em outras competências de política setorial, nem com uma dimensão residual no seio dos trabalhos parlamentares, ou das agendas partidárias.

Um projeto que mobilize o País e a cidadania para um Desporto de qualidade e afirmação no concerto das nações não pode prosseguir no tom cinzento que tem vindo a envolver a política desportiva e os seus intérpretes, com o risco de que a posição de Portugal, neste domínio, resulte numa definitiva irrelevância, barricado em efémeras iniciativas mediáticas, incapazes de responder de forma célere e efetiva ao profundo impacto da pandemia, carente

¹ [Parecer COP - Plano resiliência](#)

² [O Financiamento ao Desporto - Jogos Sociais e Apostas Desportivas](#)

de um quadro programático que estabeleça objetivos tangíveis de desenvolvimento desportivo e medidas específicas para os concretizar.

Mais do que as instalações, a qualidade dos técnicos e dos seus programas de formação, a clarividência dos dirigentes ou o valor do investimento público, o que mais distingue e penaliza a atual situação desportiva portuguesa, em relação a outros países com os quais compartilhamos o mesmo grupo de desenvolvimento, é o desconhecimento dos dados primários do desporto a que se alia a diminuta contribuição das grandes empresas nacionais e estrangeiras ao nível do financiamento do desporto.

Esta é uma tarefa em que o Estado e o sistema desportivo se devem empenhar solidariamente, rompendo uma tradição de um tipo de relacionamento que não satisfaz plenamente os custos de um desporto de qualidade – seja na perspetiva do rendimento, seja na perspetiva da educação, da saúde e do bem-estar da população em geral, desenhando políticas fiscais e orçamentais que rompam esta tendência, no âmbito do mecenato, e bem assim noutros domínios, através da discussão de medidas específicas oportunamente apresentadas em conjunto pelas entidades de cúpula do sistema desportivo nacional³:

- Incentivo à prática de atividade desportiva e aquisição de serviços desportivos;
- Fundo de pensões;
- Regime fiscal específico dos agentes desportivos praticantes;
- Limitação à dedução do IVA nas despesas associadas a atividade desportiva;
- Bolsas de formação;
- Reforma do regime jurídico do dirigente desportivo e seu enquadramento fiscal.

9 CONCLUSÃO

A mobilização do país em torno do desenvolvimento do desporto, da elevação da qualidade da prática e do desempenho dos seus representantes, é uma condição essencial a montante de todas as medidas, de carácter geral ou sectorial, legislativo ou administrativo, técnico ou político, concebíveis no quadro das competências normais das diversas instituições intervenientes.

É indispensável tornar perceptível aos cidadãos que o apoio ao desporto não é um custo, mas um investimento que, para além do valor que gera, se constitui como um retorno importante junto da comunidade, valorizando o papel das federações desportivas, procurando estabelecer relações com as organizações desportivas e outras entidades que compõem o mercado desportivo com novos modelos de oferta fora do espetro federado e associativo.

Contribuir para a promoção da prática desportiva impõe um quadro de ação orientado para a divulgação dos valores que inspirem um maior envolvimento e identidade social com o desporto, em reforço da cultura desportiva e da mobilização cívica para esta área.

Só assim é possível consolidar e ampliar o peso da agenda política do desporto em articulação com outras políticas conexas nos planos da economia, fiscalidade, formação profissional, educação, turismo, ambiente, etc. Importa

³ [Propostas legislativas em matéria fiscal do Comité Olímpico de Portugal, Comité Paralímpico de Portugal e Confederação do Desporto de Portugal](#)

igualmente considerar o menor espaço promocional do desporto que pode ocorrer em consequência da reforma do serviço público de televisão, a par com as tendências emergentes de consumos digitais, plataformas *over-the-top* e *streaming* de eventos desportivos à margem dos serviços de transmissão tradicionais.

Sem uma imagem atrativa do valor, necessidade e dos benefícios que o desporto representa para o país e para os cidadãos – que ao Estado e ao sistema desportivo por igual incumbe transmitir – jamais a consolidação social do “domínio desportivo” alcançará o nível exigido para que o desporto revista, em Portugal, a natureza de um projeto nacional. E muito dificilmente as organizações desportivas se conseguirão modernizar para responder a novos públicos e desafios emergentes num quadro de competitividade global.

A organização desportiva encontra as suas raízes na dinâmica da sociedade civil. Este é um traço comum na generalidade da UE e que caracteriza o modelo europeu de desporto – também ele em profunda mutação e abalado pelo impacto da suspensão das atividades e de toda a cadeia de valor desportivo durante a pandemia - erigido a partir de uma estrutura benévola e autónoma. O desporto é aliás uma das atividades que reúne mais voluntários na UE e um exemplo impressionante dos princípios que presidem à matriz social da construção europeia.

No entanto, são hoje escassas as medidas que valorizem o benevolato e estimulem a autonomia desportiva. A validação e reconhecimento profissional da experiência do dirigente desportivo; a agilização dos procedimentos de ausência do serviço e respetiva compensação; ou a existência de um seguro com coberturas específicas para a sua atividade são, entre outras, medidas cuja inexistência compromete a vitalidade das associações e o compromisso com uma ação voluntária devidamente reconhecida.

Ainda que disso se tenha dado conta e por vezes procurado reverter a tendência, tentando posicionar o Estado como um elemento catalisador da ação das federações desportivas, são diversos os vícios adquiridos e os bloqueios enquistados:

- As organizações desportivas concentram um número elevado de recursos - cada vez mais escassos - para responder à exigência de um ambiente regulador cada vez mais saturado, pouco indutor de dinâmicas de eficiência, modernização e desenvolvimento;
- As organizações desportivas encontram-se sub-representadas e apresentam um défice de consulta e participação em domínios onde têm um importante contributo (saúde, educação e igualdade de género) e sectores cujas reformas geram um assinalável impacto no sector (turismo, mercado de apostas e fiscalidade);
- As políticas desportivas, públicas ou associativas, são maioritariamente apresentadas para resolver necessidades imediatas ou incorporar determinações externas, do que para intervir em disfuncionalidades estruturais e sistémicas;
- As políticas desportivas, públicas ou associativas, encontram-se carentes de análises rigorosas, diagnósticos apurados e uma base factual do ponto de vista técnico-científico que qualifiquem o processo de tomada de decisão. Aliás, a Administração Pública Desportiva tem vindo a abdicar de um capital que durante décadas consolidou nesse âmbito.

O desenho de políticas públicas, deve estimular o exercício construtivo e crítico dos destinatários e promotores das políticas, como garante de compromisso, durabilidade e efetiva aplicação e coesão em torno das medidas alcançadas.

Tal está muito longe de acontecer no atual figurino onde um infindável número de representantes tomam lugar no Conselho Nacional do Desporto para aconselharem o Governo em política desportiva, muitas vezes em matérias que lhe são completamente estranhas. Isto é, aquilo que fora do desporto é um defeito (sub-representação) torna-se um excesso quando se invertem os papéis (sobre-representação), tornando aquela entidade uma mera instância de ratificação das políticas governativas.

Simplificar e agilizar os procedimentos administrativos nas relações com o Estado; unificar e harmonizar contratos programas de desenvolvimento desportivo; clarificar critérios de financiamento público são, naturalmente, medidas que se saúdam, ainda que não ataquem os efeitos gerados a montante por uma lógica tutelar na relação entre os poderes públicos e o tecido desportivo.

Contribuir para a promoção da prática do desporto, reveste-se de primordial importância na construção de uma nova geração de políticas públicas para o desporto, por quem assumir a condução do próximo ciclo político do país. Políticas que visem criar condições estruturais para suprir os défices assinaláveis em diversas vertentes do desenvolvimento do desporto em Portugal, mas, e mais importante, para recentrar o desporto nas prioridades da agenda da governação, com o lugar de destaque que este assume na generalidade dos países da UE.

Para tal, é fundamental concretizar um quadro de ação vocacionado para a divulgação dos valores como estratégia para um maior envolvimento e identidade social com o desporto, reforço da cultura desportiva e mobilização cívica para esta área, essenciais para consolidar e ampliar o peso da agenda política do desporto, em especial junto de outras políticas conexas e com impacto relevante.